



O Militante



BOLETIM DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

★ 50.º
aniversário
PCP

«O Militante» publica neste número a contestação enviada, em 1956, por Bento Gonçalves, secretário geral do Partido, ao Tribunal Militar Especial na Fortaleza de Angra do Heroísmo onde se encontrava preso. Foi sob a direcção de Bento Gonçalves, torneiro mecânico do Arsenal da Marinha de Lisboa que, a partir da Conferência de Abril de 1929, o Partido se organizou nas condições de clandestinidade e criou a sua imprensa clandestina, nomeadamente o «AVANTE!». Deportado para o Campo de Concentração do Tarrafal, sujeito a condições intencionalmente criadas pelo governo fascista para liquidar fisicamente quadros revolucionários (clima, trabalhos forçados, falta de assistência médica e de medicamentos), Bento Gonçalves morreu vitimado por uma biliose em 2 de Setembro de 1942.

CONTESTAÇÃO DE BENTO GONÇALVES à secretaria do Tribunal Militar Especial

No dia 16 do corrente foi-me entregue, no comando Militar da Fortaleza de Angra, onde me encontro preso desde o dia 13 de Janeiro p. p., a nota de culpa passada por esse Tribunal a meu respeito.

No formulário que antecede essa nota (ponto n.º 1) estabelece-se que tenha a faculdade de apresentar a minha defesa por escrito dentro de 3 dias. Este prazo expira, pois, no dia 19, inclusivé.

O facto de me encontrar em Angra do Heroísmo (Ilha Terceira do Arquipélago dos Açores), por determinação do Governo, será tido em conta no caso sujeito. Espero que o prazo que me é fixado se refere ao tempo de que disponho para entregar a minha contestação na Secretaria do Governo Militar na Fortaleza de S. João Baptista. O resto será

das atribuições desta Secretaria, segundo crejo.

É minha intenção apresentar testemunhas abonatórias do meu comportamento moral e civil, bem como advogado defensor, por mim escolhido livremente. Porém, o pouco tempo que medeou entre a minha prisão (11 de Novembro do ano findo) e a minha deportação (8 de Janeiro deste ano), no qual é preciso intercalar 44 dias de incomunicabilidade rigorosa e 4 dias apenas de direito de visita de 2 pessoas de família — faz com que só a partir do dia 25 do corrente poderei preencher as formalidades dos pontos 5.º e 6.º do formulário a que atrás me refiro.

Alguns dados que se me referem pessoalmente — Chamo-me Bento António Gonçalves, nasci em 2 de Março de 1902, sou natural



de Trás-os-Montes, filho de Francisco Gonçalves, camponês, e de Germana Alves (falecida). Comecei a trabalhar aos 13 anos de idade, após conclusão da minha instrução primária, como torneiro de madeira. Aos 16 anos de idade mudei para torneiro mecânico, profissão que ainda conservo. Desde 1919 até Agosto de 1933 trabalhei no Arsenal de Marinha como operário do quadro (oficinas de Máquinas). Frequentei a Escola Industrial Afonso Domingues (Xabregas — Lisboa) e tenho o curso elementar de pilotagem.

No Arsenal de Marinha fui alvo de vários convites para ascender a uma situação superior à de operário, o que jamais aceitei. Recordo a propósito o convite que me foi feito, em 1920, pelo então engenheiro dirigente da Oficina de Máquinas, Sr. Antero da Silva Borges, tendo em vista a minha passagem para a sala de desenho acompanhada de preparação técnica, simultaneamente, no objectivo de mais tarde substituir um agente técnico inglês, que nesse tempo dirigia a mesma sala de desenho; recordo entre outros convites semelhantes um que me foi feito entre Março e Agosto de 1933 para eu ascender a operário Chefe da Oficina de Máquinas.

A aplicação profissional foi sempre um princípio que norteou a minha vida de operário metalúrgico. E dos meus conhecimentos profissionais jamais fiz exclusivo pessoal. Deste duplo critério espero que o Arsenal de Marinha algo tenha beneficiado. Refiro aqui, em abono desta afirmação o teor duma das ocorrências da Ordem da Direcção das Construções Navais de 8 (?) de Agosto de 1933 onde a propósito duma inovação técnica (fabrico de fresas) que introduzi na Oficina de Máquinas, fui considerado um nobre exemplo de arsenalista e promovido a operário de 1.^a classe por distinção.

Justamente a partir dessa data recomecei a ser objecto duma tão intensa perseguição policial que não pude voltar a trabalhar pela minha profissão.

A nota de culpa que ora recebi é do seguinte teor:

«Fazendo parte do Partido Comunista desenvolveu desde Maio de 1935 bastante actividade revolucionária e incitamento à indisciplina social o que constituiu crime previsto no art.º 2 n.º 2 em art.º 4 do decreto 23.205 de 6-11-1935».

Após a minha prisão, a Polícia de Defesa e Política Social pretendeu elaborar o meu processo em volta das seguintes questões fundamentais:

a) Que responsabilidade assumi, em quanto à actividade do Partido Comunista contra a sociedade organizada.

b) Qual a minha parte de responsabilidade no movimento de 18 de Janeiro que deveria

fazer eclodir uma greve geral revolucionária.

c) Que as minhas viagens à União Soviética tinham por fim receber instruções que deveria aplicar, depois, em Portugal.

A tudo isto respondi de um modo preciso:

a) Sou dirigente do Partido Comunista Português desde Abril de 1929 e assumo inteira responsabilidade de toda a actividade política do meu Partido; descartei do campo dessa actividade a prática de actos isolados ou de terror, sublinhando a posição do nosso C.C. e a minha posição pessoal em relação aos actos desta dupla natureza, factos que se encontram salientados na imprensa do Partido Comunista, («Avante»), etc.; refutei igualmente a acusação segundo a qual a actividade do Partido Comunista seja uma actividade contra a sociedade organizada, declarando que o Partido Comunista na luta pela emancipação dos trabalhadores, não é contra todas as formas do Estado, nem contra todas as leis nas condições da sociedade capitalista.

b) O movimento de 18 de Janeiro não foi preparado pelo C.C. do Partido Comunista debaixo da palavra de ordem de greve revolucionária nem de revolução contra a ditadura. O Comité Central do Partido Comunista Português, e eu pessoalmente — acrescentei — não havíamos perdido a cabeça; nós preparávamos o movimento de 18 de Janeiro debaixo da palavra de ordem — «impedir a fascização dos Sindicatos da classe operária portuguesa»; recordei a esse respeito o manifesto que editámos de preparação daquele movimento e a sua linha política geral, bem como a critica que fizemos à palavra de ordem Greve Geral Revolucionária.

c) As minhas viagens à URSS tiveram como objecto o estudo das condições económicas, políticas e sociais soviéticas e o estudo, no transcurso dessas viagens, do movimento operário internacional.

A nota de culpa que ora me foi transmitida pelo Tribunal Militar Especial reduz consideravelmente o carácter das acusações que me haviam sido formuladas pela policia. Eu quero tirar algumas conclusões políticas deste pormenor. O meu processo é, em certa medida, o processo do Partido Comunista Português. E então verifico do próprio ponto de vista da concepção jurídica do T. M. E., as proclamações que o Governo da Ditadura tem trazido a público, a propósito do comunismo: «revolução extremista que espreita», «revolução vermelha que está para eclodir!», etc. etc., não passam duma atoardas fascistas. Este mesmo facto salienta a opinião que nós, comunistas, mantemos, segundo a qual a ilegalidade do nosso Partido não se encontra prescrita em qualquer lei. A ilegalidade do Partido

Comunista Português é um arbitrio do poder executivo dilatorio do «Estado Novo».

A primeira parte da minha nota de culpa actual considera-me simplesmente como «fazendo parte do Partido Comunista...» A este respeito não tenho senão que sustentar a declaração que fiz na Polícia de Defesa Política e Social: Não faço parte apenas do P. C.: assumo a responsabilidade de seu dirigente político. A minha actividade política também não precede de 1935: provém de 1929.

Quanto à parte da acusação «desenvolver bastante actividade... «não tenho nada que objectar. Eu sou incapaz de conceber que um membro responsável dum Partido que luta contra tudo que é velho e iníquo, possa cumprir a sua missão, sem desenvolver bastante actividade.

A acusação «actividade revolucionária» não é matéria de crime. As democracias alvoreceram sob o lema «Liberdade, Igualdade e Fraternidade». E a concepção proletária de revolução tomou corpo, quando à classe operária se tornou patente que a democracia burguesa era incapaz de instaurar a democracia autêntica, a democracia da abolição da exploração do homem pelo homem. O 28 de Maio definiu-se mais um pouco em 1930 sob a palavra de ordem «Revolução Nacional». Ora o que há de particular entre a concepção revolucionária do P.C. e a concepção «revolucionária» da actual Ditadura, é o facto da Ditadura adoptar uma fraseologia revolucionária como meio de iludir as grandes massas do povo que abominam a exploração capitalista e latifundiária, em beneficio da qual a Ditadura exerce a dominação política do país — ao passo que o P.C. se propõe realizar efectivamente a revolução de libertação nacional e social do povo português.

Sou acusado, por fim, de «incitamento à indisciplina social». A minha actividade, a actividade do Partido Comunista, não cabe no cotele de forças de «incitamento à indisciplina social». O Partido Comunista Português, opõe, partindo da realidade, da própria vida, uma forma determinada e precisa de organização económica e social à ordem económica e social existente. O P.C. dá-se conta das particularidades nacionais, e, por isso, não submete as formas da revolução, da emancipação do povo português a um «cliché».

O P.C. é o herdeiro das tendências liberais e dos valores intelectuais progressivos do povo português. E a história do nosso país é toda ela cheia de acontecimentos grandiosos, que arrancaram à ditadura fascista todas as bandeiras da tradição e do desenvolvimento histórico português.

Nós vimos desse povo que fez a revolução do Mestre de Aviz e que definiu a nacionalidade portuguesa em luta contra a nobreza de

Portugal enfeitada a Coroa de Castela.

Nós vimos desse povo que já antes da restauração de Portugal, quando D. João IV ainda hesitava entre servir a Casa de Espanha ou seguir as directivas da Casa de França e de Inglaterra, se batia nas ruas contra a dominação nacional da nobreza espanhola.

Nós vimos desse povo que se levantou em massa contra o ultimatum inglês e que debaixo desse imperativo de soberania nacional derrubou a Monarquia em 5 de Outubro de 1910.

Nós vimos desse povo que criou a «Portuguesa» onde se encerra mais ideia de Nação do que tudo que poderá conter a esse respeito toda a Torre do Tombo dos decretos e das notas officiosas do «Estado Novo».

É muito fácil dizer-se, para onde vamos. O P.C. combate o actual estado de iniquidade social debaixo de um programa preciso. Nós lutamos pela restituição ao povo português de todas as liberdades democráticas, conquistadas pelos nossos antepassados, desde 1820 a 1910 e que a Ditadura lhes arrancou. Lutamos pela salvação económica dos camponeses espoliados pelas cargas tributárias e pelas leis agrícolas restritivas da Ditadura. Lutamos pela satisfação imediata das reivindicações ingentes do proletariado, pela defesa das condições económicas e sociais das camadas médias, pela defesa da cultura e pelos interesses das pequenas e médias actividades em geral, e propomo-nos realizar este programa por meio da Frente Popular de todos os agrupamentos que estão contra a Ditadura fascista vigente.

Esta é uma etapa intermédia para a luta pela emancipação dos trabalhadores, para a instauração da Democracia autêntica, que constitui o objectivo ulterior do nosso Partido. Porém, subordinando a sua actividade a um programa imediato tão definido como aquele, o P.C. vulgariza a noção de ordem social que advoga em cada etapa da luta de classes. E a nós não restam dúvidas que na luta pela materialização deste programa, as massas do país saberão deduzir todas as consequências políticas, sociais e jurídicas indispensáveis à satisfação das suas necessidades e aspirações fundamentais.

Quando a Ditadura decretou o desconto de 2% nos salários da classe operária e o P.C. respondeu: Socorro contra o desemprego custeado pelo Estado e pelos empresários! — Que espécie de actividade do P.C. encontramos aqui? «Incitamento à indisciplina social», ou defesa dos interesses da classe operária?

Quando o P.C. proclama: A trabalho igual salário igual! que espécie de actividade vemos aqui? «Incitamento à indisciplina social», ou defesa das mulheres e da juventude trabalhadora?



Quando o P. C. proclama: Abaixo os monopólios agrícolas, mercado livre, o crédito barato à pequena e média lavoura! de que se trata realmente? de incitamento à rebelião ou de defesa dos camponeses?

Quando o P. C. proclama: Abolição da censura à imprensa! Abaixo a «política do espírito»! Que espécie de actividade vemos aqui? Incitamento à indisciplina, ou defesa da liberdade de pensamento e da cultura?

Quando o P. C. proclama: Abaixo a corrida louca aos armamentos! De que actividade comunista se trata realmente? De incitamento à indisciplina social, ou de luta pela manutenção da paz?

Tal é ao que se reduz a acusação a que venho de referir-me.

Nós conhecemos o valor prático desta acusação lançada contra o Partido Comunista e contra o movimento antifascista, na imprensa oficiosa da Ditadura. «Incitamento à Indisciplina Social» foi e continua sendo a palavra de ordem, em nome da qual o «Estado Novo» põe em prática os métodos da repressão mais violenta da luta de classes, e, em particular, do Partido Comunista.

Entre o cortejo de vítimas da Ditadura fascista eu recordo aqui: Manuel Vieira Tomé, velho militante sindical, ferroviário, preso em 1934 e espancado tão bárbaramente durante 12 dias de incomunicabilidade, após o que pereceu, «enforcado» no segredo do Aljube; Álvaro Gonçalves, cortador, militante do Partido Comunista, tão sujeito a torturas que, após a sua passagem à comunicabilidade manteve, durante alguns tempos, largos indícios de alienação mental; Adolfo Ayala, militante das juventudes comunistas, a que a Polícia de Informação torturou para «endireitar-lhe a corcunda»; Acácio Tomaz Aquino, anarquista, pedreiro da Companhia Carris do Ferro de Lisboa, ferozmente espancado; Américo Gomes, jovem comunista, falecido na Penitenciária de Lisboa, em virtude dos maus traços sofridos na Polícia de Informações; João Ferreira de Abreu, falecido, também pelas mesmas causas; José Borges Sealeiro, militante Sindical do Partido Comunista, incomunicável durante 180 dias, 129 dos quais só lhe eram fornecidas duas refeições por dia; José de Sousa, membro do Secretariado do P. C., brutalmente espancado, quase na minha presença (11 de Novembro p. p.) durante mais de uma hora. Recordo o regime de semi-incomunicabilidade em que se encontram submetidos quase todos os presos políticos e sociais em geral e a situação dos que se encontram na Fortaleza de Angra; rígida censura à correspondência, ambiente prisional o mais insólito e regime prisional medievo. Quantos e quantos aqui se encontram em cativeiro indefinido apesar de já haverem acabado as suas penas há longos meses; quantos e quantos se encontram aqui cumprindo pena penitenciária, apesar de terem sido condenados a desterro ou simplesmente a prisão correcçional. Quase todos estes presos se encontram privados de visita, incluindo um natural da própria Ilha Terceira.

«Punhamos termo à indisciplina social, porque de contrário arriscar-se-á a soberania nacional e a sorte das colónias portuguesas».

Este é outro elemento de demagogia da Ditadura, dirigido contra as 5 forças antifascistas do país.

A política exterior da Ditadura relacionada com o conflito italo-etíope esclarece-nos sobre o modo como o «Estado Novo» realiza aquela dupla defesa. Portugal obteve um lugar

no comité de coordenação das sanções a aplicar à Itália. Porém, conduz aí uma política de vacilação entre, o receio de que a derrota de Mussolini em África arraste a queda do fascismo italiano dada a importância que esse facto pode vir a ter no campo nacional português. A guerra na Abissínia prolonga a sua duração. Entretanto Hitler ganha tempo para conduzir na Alemanha as suas campanhas sobre colónias. Ao mesmo tempo o conflito italo-etíope pode degenerar numa nova conflagração. Um arranjo amigável pode vir ainda a ser o caso para a Itália. Ora, qualquer destes factos podem pôr, dum momento para o outro, em ordem do dia da política imperialista, a questão do reparto de Angola e Moçambique.

A situação internacional presente tem este traço novo: uma política exterior apoiada na S.D.N. poderia trazer a Portugal uma maior independência da Inglaterra. Ora a Ditadura tem seguido justamente uma política contrária. A verdadeira faceta desta política está no seguinte: Para explorarem e oprimirem os camponeses pobres do país, os grandes lavradores nacionais têm necessidade dum aliado imperialista. Tal é a política do capitalismo nacional, inimigo do povo português.

Quizera dizer algumas palavras sobre o modo como a Ditadura realiza a «Revolução Nacional». Em 1951, a Ditadura colocou ante o país o seguinte problema: o que o capitalismo não conseguiu resolver durante a época de livre câmbio (monopolização completa da produção industrial e agrícola) é preciso efectuá-lo agora nas condições da crise geral do capitalismo.

Depois veio a demagogia da «subordinação aos altos interesses nacionais e da «defesa do bem comum». Passou a falar-se de «direito hierárquico» e de «economia autodirigida» e tudo isto queria dizer simplesmente:

Capitalista, grande empresário e grande lavrador — únicos senhores! Em 1954, na imprensa uniformizada do país proclamava: os maus dias passaram já. Nós vimos, pelo contrário, que ao passo que as empresas capitalistas encerravam o seu exercício anual com lucros animadores, a classe operária via piorar as condições da sua existência.

Foi decretada a constituição dos Sindicatos Nacionais que deviam elevar socialmente a situação dos trabalhadores. Porém, o Dr. Teotónio Pereira declarou por essa altura: contra os interesses do capital, não podem prevalecer os direitos do Trabalho!

Vários foram os contratos colectivos de trabalho em que aos trabalhadores foi imposta uma situação mais miserável do que aquela que anteriormente vinham usufruindo.

Desde 1951 até ao presente os novos impostos sobre os camponeses e as medidas restritivas sobre a lavoura já constituíam aluvião.

A pequena e média lavoura vinhateira e cerealífera estalam sobre o peso da crise agrícola, tornada muito mais dura com o aparecimento das Federações Agrícolas.

O pequeno e médio comércio e a pequena e média indústria sufocam ao peso dos impostos e contribuições.

As mulheres e os jovens trabalhadores estão sujeitos a um regime de escravos:

Foi limitado o acesso ao ensino secundário e superior para os filhos da pequena burguesia e o governo amputa as escolas industriais. O ensino vai-se tornando um exclusivo dos grandes ricos:

A censura à imprensa, a «política de espírito» e os salários miseráveis das grandes massas agravam a crise do livro português.

A Ditadura arrancou às colónias todos os embriões de autodeterminação que lhe haviam sido dados com a revolução de 1910.

O «Estado Novo» recuou de mais de meio século a liberdade de pensamento, condição de produção duma cultura humana, e o direito dos trabalhadores à greve em defesa da sua existência.

Tal é, em largos traços, a «Revolução Nacional» que a Ditadura realiza. Eu creio ter provado que as acusações que me são feitas pelo T.M.E. não encerram matéria de crime. Já disse também, que entre as acusações lançadas pela Ditadura e pela Polícia de Informação contra o P.C.P. e a acusação que me é feita pelo T.M.E. há uma enorme contradição. Este facto tem uma explicação muito simples. A Ditadura põe mas os factos também dispõem, numa certa medida.

Se a acusação que ora me é feita é insignificante em comparação com as acusações que dia a dia são lançadas contra o meu Partido, isto quer dizer que à Ditadura já falta o ambiente para realizar o estrangulamento do Partido Comunista Português. Porém, eu não tenho ilusões sobre o critério policial da Ditadura: faz-se-me uma acusação insignificante para distrair o proletariado da luta pela liber-

tação dos militantes revolucionários e antifascistas que se encontram a ferros da Ditadura. Ao mesmo tempo, à semelhança do que já se fez em relação a outras vítimas do fascismo português, resolveu-se que a grandeza da pena ditada pelo T.M.E. pouco vale, ante o critério pré-estabelecido da Ditadura de manter os que combatem em prisão preventiva eterna.

O mundo, porém, continua a rodar.

O fascismo é uma barbárie contra a qual as massas se levantam já em vários sítios, Gil Robles e os sanguinários medievais estranguladores da revolução asturiana foram derrotados em Espanha.

O proletariado e os camponeses de Portugal não abdicaram da sua resistência à espoliação capitalista e latifundiária em benefício da Ditadura fascista.

Aqui e ali, as massas corrigem a demagogia ditatorial fazendo vingar algumas das suas reivindicações parciais. Eu recordo-vos o movimento dos camponeses do centro e sul vinhateiro contra a restrição do plantio da vinha e as lutas do proletariado conserveiro contra a fome que era imposta no período de defeso deste ano.

O proletariado reunirá as suas forças para o contra-ataque à ofensiva do capital.

Os 10 anos de opressão fascista em Portugal já forneceram uma experiência bastante salutar às forças antifascistas do país para resolverem as pequenas querelas que as dividem, na luta contra o inimigo comum.

Nós saudamos os primeiros passos que os anarco-sindicalistas e os republicanos empreenderam ombro com ombro com o nosso Partido, na formação da frente única proletária e duma frente popular contra a Ditadura, pela libertação nacional e social do povo português.

O Tribunal vai ditar-me a sentença. Que faça o Tribunal o que entender. Quanto a mim, mantenho-me nesta convicção: A Terra Gira!

a) Bento António Gonçalves

LÉNINE E A ALIANÇA DO MOVIMENTO COMUNISTA E OPERÁRIO COM OS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO DOS POVOS COLONIAIS

Em toda a sua vida de revolucionário, como teórico e na acção prática, Lénine demonstrou o grande significado histórico universal da luta dos povos oprimidos pela sua independência.

Encarou sempre este problema, fundamental para o séc. XX, na fase do imperialismo,

seguinte inflexivelmente a consigna de Marx e Engels: «O povo que oprime outros povos não pode ser livre». Na sua obra e na sua actividade de dirigente da primeira revolução socialista e do movimento comunista internacional, Lénine traçou em relação ao problema das nacionalidades e ao problema colonial



uma orientação política consequentemente proletária, dando teoricamente e na prática magníficos exemplos da atitude que o proletariado das nações opressoras deve adoptar perante os movimentos de libertação nacional.

Mas é, talvez, na sua participação nos trabalhos do II Congresso da Internacional Comunista, em 1920, que melhor se expressam e mais claramente se definem as suas teses sobre a necessidade duma estreita unidade e aliança do movimento revolucionário da classe operária com o movimento nacional-libertador dos povos oprimidos, para atacar, minar e destruir o sistema imperialista mundial.

Vários factores concorrem para que, neste Congresso da I. C., as teses elaboradas por Lênine sobre a aliança do movimento comunista com o movimento nacional-libertador sejam uma importante afirmação de princípios, conservando até hoje um valor teórico enorme e que, como tal, se impõem ao conhecimento e estudo dos militantes do nosso Partido;

1.º — Na altura desse Congresso (1920), a Revolução Socialista de Outubro, a primeira e decisiva derrota do imperialismo, afirmava-se vitoriosa contra a coligação das potências imperialistas.

O Poder Soviético apresentava ao mundo uma nova sociedade em que a liquidação da exploração do homem pelo homem caminhara a par da liquidação da opressão dos povos e nações até aí dominados pela Rússia czarista, inaugurando-se um novo tipo de relações entre os povos e nacionalidades.

2.º — A vitória da Revolução Socialista na Rússia, a libertação dos povos oprimidos pelo tzarismo, o direito de cada um deles determinar livremente o seu destino, de acordo com os princípios proclamados por Lênine e estabelecidos no Programa do Partido Bolchevique, abriram, com a grande força do exemplo prático, novas perspectivas e condições de êxito a luta dos povos coloniais e oprimidos.

3.º — Em 1920 já terminara o rescaldo da primeira guerra imperialista de 1914-18, o mundo inteiro fôra partilhado de novo pelos maiores e mais fortes Estados imperialistas, processara-se uma exacerbação da opressão colonial e militar.

Tal como Lênine previra, a guerra imperialista mundial fez irromper com redobrado vigor a luta dos povos das colónias e semi-colónias pela sua liberdade e independência.

4.º — Outra razão para que as teses de Lênine ao II Congresso da Internacional Comunista se revistam de grande importância, no plano teórico, é que ele as fundamentava num exaustivo estudo do carácter da política de dominação colonial na época do imperialismo.

Ainda em plena guerra (Janeiro-Junho de 1916), Lênine escrevera a sua obra «O Impe-

rialismo, última etapa do capitalismo» em que, usando magistralmente o método marxista de pensamento, analisara cientificamente a nova fase histórica mundial. Aí traçara o quadro da partilha do mundo entre as grandes potências e da pilhagem das colónias, definira a essência do imperialismo e em que condições surgiu e se desenvolveu, demonstrando que o imperialismo é a véspera da revolução socialista, de uma nova época em que a humanidade começa a passar da sociedade capitalista à sociedade socialista.

Baseando-se na sua profunda análise do imperialismo, no conhecimento da situação internacional, assim como na experiência soviética da solução do problema nacional, Lênine tirou importantes conclusões políticas e traçou uma orientação estratégica e tática para o movimento comunista nesse II Congresso da I. C. Algumas das suas principais teses sobre as tarefas fundamentais do movimento comunista nos problemas relativos ao movimento nacional-libertador estão contidas, nomeadamente, nas «Teses sobre os Problemas Nacional e Colonial», no «Informe Sobre a Situação Internacional e as Tarefas Fundamentais da Internacional Comunista», no «Informe da Comissão para as Questões Nacional e Colonial» e nas «Condições de Ingresso na Internacional Comunista».

No plano ideológico, Lênine continua neste II Congresso da I. C. a enérgica batalha que vinha travando contra os oportunistas e traidores da II Internacional, arrazando e deitando por terra as teorias do social-chauvinismo. Defendeu e fundamentou a consigna do direito das nações à autodeterminação e à independência, e a sua aplicação às colónias, consigna que fôra abandonada e repudiada pelos «socialistas» que tinham desertado para o campo do imperialismo ao começar a guerra imperialista de 1914-18.

Também condenou aqueles comunistas que encaravam o problema da revolução socialista de modo demasiado estreito e dogmático, provando ser uma interpretação errônea do marxismo considerar a classe operária e a sua luta pela revolução socialista isoladamente do poderoso movimento de libertação nacional nas colónias e semi-colónias, em que vinham participando centenas de milhões de pessoas.

Luta unida contra o imperialismo

Propondo que os movimentos de libertação nacional são a expressão política das exigências objectivas do desenvolvimento económico, da necessidade de suprimir os obstáculos artificiais que os imperialistas levantam para impedir o crescimento das forças produtivas nos países colonizados e dependentes, Lênine afirmava que esses movimentos representam o progresso, o avanço para um nível mais elevado de desenvolvimento

da sociedade. Destacava que o movimento de libertação nacional dos povos oprimidos é profundamente democrático e progressivo, ataca e socava as bases do imperialismo.

E nesta base objectiva que, segundo Lênine, o movimento revolucionário da classe operária tem que encarar a necessidade do estreitamento da aliança com os movimentos nacional-libertadores. Esta aliança, insistia ele, não pode ficar no âmbito puramente formal das simples declarações sobre o direito dos povos coloniais à autodeterminação e à independência. Tem que processar-se através duma ajuda múltipla e efectiva, uma aliança de combate, que, para aqueles partidos dos países que mantêm domínio colonial, se expressa na luta comum contra as camadas monopolistas da nação colonizadora que exercem o domínio imperialista sobre os povos colonizados.

Quando a jovem República Soviética ainda dava os primeiros passos no caminho do desenvolvimento socialista, já Lênine acentuava a força de atracção exercida pelo socialismo sobre os povos sujeitos à opressão e ao domínio colonial «que se conhecem, por amarga experiência, que não existe para eles outra salvação senão o triunfo do Socialismo sobre o imperialismo mundial».

No seu «Informe sobre a Situação Internacional e as Tarefas Fundamentais da I.C.» (Obras Completas, vol. 31) Lênine diz:

«Camaradas: Para concluir, deter-me-ei a examinar outro aspecto da questão. O camarada presidente disse aqui que esta assembleia merece o qualificativo de Congresso Mundial. Creio que tem razão, sobretudo porque se encontram aqui não poucos representantes do movimento revolucionário das colónias e dos países atrasados.

Isto não é mais do que um modesto começo, mas o importante é que já se deu o primeiro passo. A união dos proletários revolucionários dos países capitalistas, dos países avançados, com as massas revolucionárias dos países que carecem ou quase carecem de proletariado, com as massas oprimidas das colónias, dos países do Oriente, está-se produzindo neste Congresso. A consolidação dessa união depende de nós, e eu estou seguro de que o conseguiremos. O imperialismo mundial cairá quando o ímpeto revolucionário dos operários explorados e oprimidos de cada país, vencendo a resistência dos elementos pequeno-burgueses e a influência da insignificante elite constituída pela aristocracia operária, se fundir com o ímpeto revolucionário de centenas de milhões de seres que até agora tinham permanecido à margem da história e eram considerados só como um sujeito paciente.»

A história tem vindo a confirmar as previsões de Lênine. A derrocada do sistema colonial enfraqueceu consideravelmente as posições do imperialismo (como foi acentuado na Conferência dos Partidos Comunistas e Operários que se realizou em 1969 em Moscovo), e foi possível pela existência e ajuda do sistema socialista mundial que representa a força decisiva na luta anti-imperialista. Hoje, os países que estão edificando o socialismo e o comunismo, com a União Soviética na vanguarda, o movimento comunista e operário dos países capitalistas e os movimentos de libertação nacional dos povos oprimidos, são as grandes forças do nosso tempo que se fundem numa torrente única que mina e acabará por destruir o sistema imperialista mundial.

Os deveres dos comunistas para com os povos coloniais

«Na questão das colónias e das nacionalidades oprimidas é necessária uma linha singularmente precisa e clara dos partidos daqueles países cuja burguesia domina essas colónias e oprime outras nações. Cada um dos partidos

que deseje pertencer à III Internacional tem o dever de desmascarar implacavelmente as maquinacões dos «seus» imperialistas nas colónias, de apoiar de facto, e não só em palavras, todo o movimento de libertação nas colónias, de exigir que sejam expulsos destas colónias os seus imperialistas, de educar os operários do seu país num espírito de verdadeira fraternidade para com os trabalhadores das colónias e nacionalidades oprimidas e de levar a cabo uma agitação sistemática entre as suas tropas contra toda a opressão dos povos coloniais».

— Redigido por Lênine, este é o artigo 8.º das «Condições de Ingresso na Internacional Comunista» que sintetiza, com extraordinária clareza, o seu pensamento sobre um dos deveres fundamentais dos partidos comunistas, particularmente quando a burguesia dos seus países exerce o domínio colonial e a opressão sobre outros povos.

Também o II Congresso da I.C. para o qual escreveu o documento citado acima, Lênine sublinhou que, no plano da luta anti-colonialista, é fundamental que os Partidos Comunistas realizem o seu trabalho revolucionário «sobretudo entre as tropas que as nações exploradoras utilizam para manter submetidos os povos das suas colónias».

Outra das tarefas que considera essencial é: «que todos os Partidos Comunistas prestem uma ajuda directa ao movimento revolucionário nas nações dependentes ou nas que não gozam de igualdade de direitos (por exemplo na Irlanda, entre os negros dos Estados Unidos, etc.) e nas colónias. Sem esta última condição, de suma importância, a luta contra a opressão das nações dependentes e das colónias, assim como o reconhecimento do seu direito a separar-se e formar um Estado à parte, continua sendo um rótulo embusteiro (...)» — (Do «Esboço Inicial das Teses Sobre os Problemas Nacional e Colonial» Obras Completas, vol. 31).

Estes princípios indicados por Lênine mantêm ainda hoje toda a actualidade, são reconhecidos e seguidos pelo movimento comunista e operário internacional. Nas condições particulares em que luta, num país que mantém o mais velho domínio colonial no mundo, o Partido Comunista Português orgulha-se de levar à prática estes princípios leninistas.

O Partido Comunista Português e a luta anti-colonialista

Fiel ao marxismo-leninismo, o Partido Comunista Português coloca entre os seus principais deveres internacionalistas a luta contra a dominação colonial de Portugal sobre outros povos. E considera tanto mais premente o cumprimento deste dever porquanto Portugal é



hoje o país que possui maior quantidade de territórios (em extensão e em número) sujeitos à exploração colonial, mantendo três sangrentas guerras em Angola, Guiné — Bissau e Moçambique para fazer perdurar as formas mais cruéis e retrógradas de colonialismo.

«Reconhecer e assegurar aos povos das colónias portuguesas o direito à imediata independência», é um dos 8 pontos do Programa do P.C.P. considerados como objectivos fundamentais para a revolução democrática e nacional.

A conquista da democracia pelo povo português está indissolúvelmente ligada à eliminação do colonialismo português, pois a dominação colonial tem sido, como afirma o Programa do P.C.P., um dos principais factores do atraso económico geral e do fortalecimento do poder dos monopólios, uma das bases principais da reacção e do fascismo em Portugal.

Também a conquista duma verdadeira independência de Portugal face ao imperialismo estrangeiro está intimamente ligada à abolição do domínio de Portugal sobre os territórios coloniais, pois «se os colonialistas portugueses conseguem no mundo de hoje manter a sua dominação sobre vastos territórios, é porque associados com eles e com posição dominante na exploração do povo português e dos povos coloniais (...) estão grandes monopólios estrangeiros, que contam com o apoio da força militar das grandes potências imperialistas. Por muito paradoxal que pareça (acentua o Programa do P.C.P.), é por ser um país dependente que Portugal ainda hoje é um país colonialista».

Só com o apoio dos poderosos aliados da NATO, os governos fascistas portugueses têm podido manter três criminosas guerras coloniais. Estas guerras, provocando o agravamento dos impostos, a inflação, desviando enormes verbas do investimento produtivo, aumentando a dívida externa portuguesa, etc., têm sido o mais poderoso travão ao crescimento da economia portuguesa e a principal fonte do agravamento do custo de vida. Para garantir a continuação e aumento da espoliação dos povos das colónias por umas dezenas de monopólios portugueses e estrangeiros, o povo português tem sido obrigado a um pesado sacrifício de vidas e condenado a uma exploração e miséria cada vez maiores.

É baseado na análise destes factores objectivos, seguindo os ensinamentos e os princípios leninistas, que o Partido Comunista Português proclama ao nosso povo: «Para os portugueses, lutar contra a dominação colonial portuguesa não é apenas cumprir o dever de solidariedade e internacionalismo: É cumprir o

dever de patriotas».

Batendo-se de armas na mão pela sua independência, contra o fascismo-colonialista português, os povos das colónias, conduzidos pelos seus movimentos de libertação: MPLA, PAIGC e FRELIMO, são verdadeiros aliados do povo português contra o mesmo inimigo comum, contra os mesmos opressores.

Já antes das guerras coloniais e, principalmente desde que estas começaram, o PCP tem vindo a intensificar o seu trabalho de esclarecimento e a sua acção anti-colonialista, desenvolvendo a luta contra as guerras coloniais e procurando criar e reforçar a sua aliança com os movimentos nacional-libertadores das colónias portuguesas, verdadeiros representantes dos povos de Angola, Guiné e Moçambique.

Tanto a luta anti-colonialista como o combate ideológico contra o espírito colonialista, racista e chauvinista que há mais de 5 séculos (e principalmente desde o início das guerras coloniais) vem sendo insuflado pelas camadas dirigentes colonialistas no povo português, são um trabalho duro e difícil. Acusados de «traidores à Pátria», os comunistas foram praticamente os primeiros, em Portugal, a entrar abertamente em combate contra o colonialismo português. Os seus sacrifícios e os seus esforços não têm sido vão. Cada vez mais se alarga entre o nosso povo a consciência anti-colonialista e principalmente o repúdio das guerras coloniais. Cada vez mais largas camadas de patriotas e anti-fascistas tomam posições contra o colonialismo e as guerras de opressão colonial.

Durante a campanha eleitoral de 1969, verificou-se já uma muito mais nítida e profunda abordagem do problema colonial por vários sectores da Oposição democrática que impuseram a discussão pública e relativamente ampla destas questões. O colonialismo foi desmascarado perante vastas camadas populares e condenaram-se abertamente as guerras coloniais — o que representa uma considerável vitória contra o fascismo-colonialista.

Desencadear e desenvolver maiores acções de massas contra as guerras coloniais é uma necessidade cada vez mais premente.

Conscientes das suas responsabilidades, os comunistas portugueses sabem que no campo do esclarecimento, da organização e da mobilização popular muito há a fazer, exigindo um trabalho persistente e difícil. Quer por meios repressivos, quer por uma monstruosa e hábil propaganda colonialista, o fascismo tem intoxicado o nosso povo. Há que desintoxicá-lo e convencê-lo desta verdade que o PCP sempre tem afirmado, como o faz no seu Programa: «Deixando de oprimir outros povos, Portugal poderá finalmente ser livre!»

PERGUNTEAS e RESPOSTAS

P. — Em diversos documentos, o PCP tem insistido em que a sua amizade e cooperação com o PCUS é uma afirmação da política independente de classe do proletariado português e do seu partido. Alguns detractores das posições do Partido afirmam que, ao contrário, o PCP revela assim «submissão» e «dependência» em relação ao PCUS. Não seria de explicar melhor a posição independente do PCP na sua política externa?

R. — Pelas suas vitórias e realizações, pelo seu potencial económico e militar, pela sua influência política e ideológica, pela ajuda constante e multiforme à luta dos trabalhadores e dos povos de todos os países, — a URSS é incontestavelmente a maior fortaleza dos trabalhadores e das forças anti-imperialistas. Tem desempenhado e desempenha um papel de importância capital na evolução da situação mundial e no processo da revolução socialista internacional. O que só aventureiros podem pretender é que, em cada caso, quando as forças revolucionárias dum país estão em dificuldades na luta contra o inimigo interno e contra o imperialismo, a URSS «jogue tudo por tudo», incluindo a guerra mundial, a guerra termo-nuclear, no terreno, nas condições e segundo a política escolhidas num momento dado por tal ou tal destacamento revolucionário.

Toca as raízes do absurdo afirmar, ao mesmo tempo, que cabe a cada partido definir com independência a sua própria política e contestar que o PCUS o possa fazer e pretender, em cada caso, que sejam outros a definir a política soviética.

A justeza da política da URSS, são os próprios acontecimentos que a comprovam. Quando da crise de 1962 no Mar das Caraíbas, os inimigos da URSS, detractores e aventureiros, gritaram que a URSS, «conluída com os Estados Unidos», subscrevia um «novo Munique» e que Cuba socialista seria sacrificada à «coexistência pacífica». Segundo eles, a URSS deveria lançar-se num confronto armado com os Estados Unidos, na guerra

termo-nuclear, para «defender Cuba». Se o espaço nos permitisse transcrever tudo quanto então disseram e escreveram os inimigos da URSS, ver-se-iam os erros crassos da sua análise, a monstruosidade das suas acusações e a falsidade das suas previsões. Que mostraram os factos? A guerra mundial foi evitada e Cuba Socialista, pela inquebrantável firmeza e coragem do seu povo e pela ajuda decisiva da URSS, continuou e continua a construir o socialismo.

Quando da agressão israelita no Médio Oriente em 1967, novamente detractores anti-soviéticos repetiram que a URSS, propondo e apoiando o «cessar-fogo» subscrevia um «novo Munique», sacrificando a causa dos países árabes e os governos anti-imperialistas do Egipto e Síria à «coexistência pacífica». Novamente, segundo eles, a URSS deveria lançar-se num confronto armado com os Estados Unidos, pois não existia outra forma de impedir a subjugação dos povos árabes pelo imperialismo. Que mostraram os factos? A guerra mundial foi evitada e os povos árabes, pela sua luta corajosa e com a ajuda decisiva da URSS, reconstituíram a sua força militar, em grande parte aniquilada na «guerra dos seis dias», continuaram a fazer frente ao imperialismo, mantiveram os seus governos anti-imperialistas e continuam a luta em condições incomparavelmente mais favoráveis que no momento do «cessar fogo» em 1967.

O imperialismo, mais advertido que os verbalistas pseudo-revolucionários, esse sabe bem que onde quer que se travem conflitos agudos, encontra por diante o apoio e o auxílio da URSS aos trabalhadores e aos povos em luta. Sabe bem que, em numerosos casos, só esse apoio e auxílio permitem aos povos fazerem-lhe vitoriosamente frente. Sabe, por experiência própria, que a URSS é a maior fortaleza das forças revolucionárias.

Por isso, na estratégia agressiva do imperialismo, a União Soviética continua a ser o alvo principal. Esta realidade, de capital importância no movimento revolucionário, é esquecida ou desmentida por alguns. O PCP não a esquece.

Até à 2.^a guerra mundial, o imperialismo



acalentava a esperança de poder liquidar militarmente o primeiro Estado de operários e camponeses. Quando, nas vésperas da 2.ª guerra mundial, os imperialistas ingleses, franceses e norte-americanos fizeram sucessivas capitulações ante o imperialismo alemão, quando abandonaram a Espanha Republicana à agressão do fascismo italo-alemão, quando subscreveram Munich e entregaram a Checoslováquia a Hitler, quando incitaram o militarismo alemão contra a URSS, — era uma tal esperança que comandava a sua política. As contradições entre os países imperialistas, a força e a política da URSS, a solidariedade internacional dos trabalhadores para com o país dos soviéticos, impediram a realização de tais planos, cujo dobre de finados soou com a derrota da Alemanha hitleriana e o triunfo do Exército Soviético.

A vitória soviética e a luta dos trabalhadores e dos povos modificaram radicalmente a correlação mundial de forças. Com a ajuda directa da URSS, a classe operária conquistou o poder numa série de países desde o Extremo Oriente à Europa Central, formou-se o sistema socialista mundial, a revolução cubana pôde depois do triunfo fazer frente ao imperialismo. As vitórias da classe operária internacional, o agravamento da crise geral do capitalismo, deram um tremendo impulso à luta dos povos submetidos ao jugo colonial. Numerosos povos e nações alcançaram a independência.

Esta alteração radical da correlação mundial de forças tornou cada vez mais aleatórios os planos imperialistas de cercarem e esmagarem pelas armas a grande fortaleza das forças revolucionárias: a União Soviética.

O imperialismo não desiste porém do seu objectivo estratégico, pois sabe que, na perspectiva histórica, a existência da URSS é a maior garantia da derrota do imperialismo à escala mundial. Mas, mantendo o seu objectivo estratégico, é obrigado a adoptar novas formas de ataque.

É hoje uma direcção central do imperialismo tentar dividir o campo socialista, tentar separar da URSS os outros países socialistas, os partidos comunistas, os movimentos de libertação nacional. Só a cegos políticos pode passar despercebida a «aprovação» e estímulos do imperialismo e da reacção a todas as oposições anti-soviéticas, onde quer que se manifestem. Só a cegos políticos pode escapar o facto de que a propaganda imperialista se torna súbitamente a defensora de «novos modelos de

socialismo», do «comunismo nacional» e de que faz o elogio de todas as manifestações de anti-sovietismo, particularmente quando aparece em países socialistas, no movimento operário, no movimento de libertação nacional.

A pressão ideológica do imperialismo, tendo o anti-sovietismo como principal direcção exerce-se através de poderosos meios de propaganda, da rádio, da imprensa, do cinema, da literatura, de institutos especializados com fabulosas dotações financeiras.

Nessa sua acção de diversão ideológica, o imperialismo é coadjuvado, não só por elementos venais, como por oportunistas de todos os matizes. A velha e estafada acusação de que os partidos comunistas recebem «ordens de Moscovo», são «agentes de Moscovo», acusação que 30 anos atrás era sobretudo uma justificação de repressão anticomunista, torna-se hoje uma arma de pressão e diversão ideológica. O imperialismo e os oportunistas pressionam os destacamentos do movimento comunista e operário para que «provem», pelas suas atitudes e posições, que não estão «enfudados a Moscovo», que rejeitam a «tutela de Moscovo». Dizem aceitar como atestado de «independência» e de «respeitabilidade nacional» críticas e ataques à URSS e o afastamento desta. Os sectores políticos esquerdistas da pequena burguesia e a social democracia exigem em alguns casos como condição de unidade de acção com os comunistas, um tal «atestado de independência».

Tem de se dizer que alguns sectores do movimento operário têm sido permeáveis a essa pressão ideológica e que fenómenos de oportunismo e de nacionalismo se têm manifestado. Com eles, o abandono efectivo de uma política independente de classe.

Se um partido comunista, por exemplo, para ganhar o tal «atestado» de «independência» quebra os laços com os partidos irmãos a começar pelo PCUS, se recusa a participar em reuniões internacionais e a enviar delegações aos países socialistas, — que é isso senão ceder à pressão do imperialismo e abandonar de facto uma política independente de classe?

Se um outro destacamento, julgando ganhar um tal «atestado» de «independência» cai no criticismo sistemático em relação à URSS e em posições de estreiteza nacional e de nacionalismo, que é isso senão ceder à pressão do imperialismo, às acusações e exigências insistentes de possíveis aliados, e abandonar de facto uma política independente de classe que, por

sua natureza, é internacionalista?

E que se não diga que se trata de «críticas fraternais» e não de antisovietismo. Que afirmam e escrevem aqueles que insistem em que o PCP «marque distâncias» em relação ao PCUS e à URSS? Uns dizem que existe na URSS um regime burocrático que utiliza a repressão e o terror contra os trabalhadores. Outros afirmam que a URSS está muncunhada com o imperialismo contra o movimento operário e o movimento nacional de libertação. Outros que a URSS, prosseguindo uma política de grande potência, está contra a revolução socialista mundial. Tão miseráveis e torpes falsidades, retomadas do arsenal da propaganda mais reaccionária, nada têm a ver com a «crítica fraternal», e traduzem por si mesmas o mais cego anti-sovietismo. O extraordinário é que os seus autores o pretendem negar. Ninguém que faça essas e outras acusações caluniosas, ninguém que caia no criticismo sistemático em relação à URSS, pode pretender manifestar assim a sua «independência». Manifesta sim, a sua dependência efectiva da ideologia burguesa, anti-operária e anti-comunista.

Um partido que embarque na nau do anti-sovietismo longe de provar a sua independência, mostra que está cedendo à pressão do inimigo de classe e abandonando a política independente da classe operária, porque se volta contra interesses vitais coincidentes da classe operária do seu país, da classe operária internacional, da URSS e países socialistas.

Não é exagero apelar-se de cretinismo político a afirmação de que se é «incondicional» quando, com plena consciência e sentido de responsabilidade, se apoia à política da URSS; e se é «independente» quando inconsideravelmente e quase por sistema se ataca essa política.

Ao analisar os problemas internacionais e ao definir com completa independência, sem qualquer ingerência externa, a sua política, o PCP parte de posições de classe, de posições de princípio, que não sacrifica às pressões do imperialismo, nem a «exigências» dos oportunistas de todos os matizes.

As relações de fraternal amizade e cooperação existentes entre o PCP e o PCUS fundam-se na identidade de interesses e de objectivos e na solidariedade recíproca dos trabalhadores portugueses e do grande país socialista.

É daí e da análise dos acontecimentos feita na base do marxismo-leninismo que resulta a identidade de pontos de vista entre os dois partidos em todas as questões fundamentais.

Com plena razão foi afirmado nas comemora-

ções do Centenário do Nascimento de Lênine que o PCP, manifestando, não apenas em palavras mas em actos, a inquebrantável amizade para com o PCUS e o povo soviético, educando os seus militantes e os trabalhadores portugueses na firme confiança na União Soviética, insistindo em que, por ser o alvo principal da estratégia do imperialismo, a URSS deve contar com a solidariedade activa e constante dos comunistas, dos trabalhadores, de todos os homens progressistas, — que assim, o PCP prossegue a política independente de classe do proletariado português, que é a própria razão de ser da existência e da actividade do Partido.

P. — A imprensa fascista e aqueles que condenaram a acção dos países do Tratado de Varsóvia na Checoslováquia insistem em que a razão fundamental dessa acção foi a política independente que os dirigentes checoslovacos pretenderam adoptar no seu país. Como responde o Partido a essas afirmações, actualmente retomadas por alguns elementos desagregadores?

R. — A questão abordada insere-se no problema de definir o que é uma política independente de classe do proletariado (que se aborda neste mesmo número de «O Militante»).

O que foi de facto a política «independente» dos elementos direitistas da direcção do PC da Checoslováquia? Foi, no fundamental, a cedência à pressão da ideologia burguesa e social-democrata, à pressão das forças anti-socialistas internas, ao nacionalismo burguês. Foi a adopção de uma orientação na política interna e externa que abria caminho à contra-revolução na Checoslováquia e visava afastar a Checoslováquia da comunidade socialista. A «independência» formal dos elementos direitistas e nacionalistas no PC da Checoslováquia significou a substituição duma política da vanguarda revolucionária da classe operária por uma política que conduziria à perda das conquistas do socialismo, à expulsão da classe operária do poder, à reintegração da Checoslováquia no mundo capitalista.

Significou de facto o abandono da política independente de classe do proletariado.



P. — Num artigo há tempos publicado no «Avante», dizia-se que o camarada Manuel Rodrigues da Silva, anos depois de ter entrado no Partido (1933) foi chamado ao Comité Central. Num folheto elaborado pelo Secretariado em 1960-61, parece-nos que se afirma só ter começado a existir Comité Central depois da reorganização de 1940. Se é certa a ideia que temos, como se hermonizam as duas afirmações?

R. — A ideia não é inteiramente certa e não há contradição alguma entre as afirmações feitas no artigo e no folheto referidos.

Ao contrário do que se pode deduzir da pergunta, a entrada do camarada M. Rodrigues da Silva para o Comité Central foi indicada no próprio folheto citado (publicado pelo CC em Dezembro de 1960, Edições «Avante»).

Ai se diz que, na primavera de 1936, se realizou uma reunião de quadros que «se constituiu em Comité Central e elegeu novo Secretariado (Alberto Araújo e M. Rodrigues da Silva)» (p. 5-6).

Este acontecimento deve ser compreendido no processo do Comité Central do Partido.

Desde a reorganização de 1929 até ao III Congresso do PCP (I Ilegal) realizado em 1943, não existiu um Comité Central com funcionamento regular, nem com composição estável. O único organismo de direcção central com uma actividade efectiva e regular era o Secretariado. Entretanto, diversas tentativas foram feitas, particularmente em situações mais difíceis, para constituir uma direcção central mais ampla que o Secretariado. Várias vezes foram feitas reuniões de quadros responsáveis (membros do Secretariado e dirigentes das Juventudes Comunistas, da Organização Sindical, do Socorro Vermelho e dos CR de Lisboa e do Sado) reuniões que tinham de facto poder deliberativo, incluindo a orientação política do Partido e a eleição do Secretariado e que em

alguns casos tomaram o nome de Comité Central. Pelo menos duas vezes (em 1936 e 1939) essas reuniões resolveram a destituição de membros do Secretariado e a alteração da composição deste e definiram a orientação e tarefas do Partido.

A composição e funcionamento da direcção central ressentem-se nessa fase de vários factores: a) a variação constante da composição do núcleo dirigente resultante das sucessivas prisões de camaradas responsáveis, que se traduziram no facto de a composição do Secretariado, de 1935 a 1942, ter variado em média de seis em seis meses; b) a centralização excessiva da direcção nas mãos do Secretariado; c) o menosprezo do trabalho colectivo de direcção.

Daí resultou a falta de continuidade de várias iniciativas empreendidas nesses anos para a constituição de um Comité Central com actividade regular, como foi a citada reunião da primavera de 1936, em que participaram os membros do Secretariado do Partido, o Secretário geral das Juventudes Comunistas, os responsáveis dos CR de Lisboa e Sado, do trabalho sindical, do Socorro Vermelho Internacional e do aparelho técnico do Partido.

O Comité Central então formado nunca chegou a ter um funcionamento regular. Alguns dos seus membros foram presos pouco depois (M. R. da Silva e P. Jorge em 1936, Alberto Araújo e Álvaro Cunhal em 1937). Nos anos que se seguiram, a direcção do Partido sofreu sucessivos golpes da repressão.

Como se afirma no folheto citado, foi só em 1943, dois anos depois da reorganização de 1940-41, que foram tomadas medidas efectivas para a criação de «um verdadeiro Comité Central» com composição e actividade regulares, medidas coroadas pela eleição do Comité Central no III Congresso do PCP (I Ilegal) realizado em Novembro de 1943. É a partir dessa data que o Comité Central foi constituído como organismo regular e permanente e se tornou de facto o organismo superior do Partido no intervalo dos congressos.

«A autodeterminação e a independência dos povos das colónias portuguesas, que podem entretanto ser conquistadas por estes antes do derrubamento do fascismo, constituem um dos objectivos centrais da revolução democrática e nacional.

Para atingir este objectivo, são fundamentais as seguintes medidas:

1. Negociações e acordos com os representantes dos movimentos de libertação nacional de Angola, Moçambique, Guiné e Cabo Verde para transferência imediata do poder para governos dos respectivos Estados independentes.

2. Negociações e acordos com o Governo da República Popular da China para integração nesta de Macau.

3. Exercício do direito de autodeterminação pelos povos de Timor e de S. Tomé e Príncipe.

4. Estabelecimento de relações de amizade e cooperação económica, técnica e cultural entre o povo português e os povos das antigas colónias portuguesas, na base da livre decisão, completa igualdade, não intervenção nas questões internas e respeito pelos interesses mútuos.»